

SABERES ANCESTRAIS E A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS: A IMPORTÂNCIA DA ORALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

ANCESTRAL KNOWLEDGE AND STORYTELLING: THE IMPORTANCE OF ORALITY IN BRAZILIAN BASIC EDUCATION

Larissa da Silva Fernandes¹
Maria Valdenia da Silva²

Resumo: A sociedade brasileira é profundamente moldada pelas culturas indígena e africana, que influenciam a identidade nacional. Contudo, a presença dessas tradições é frequentemente marginalizada nos currículos escolares, resultando numa falta de valorização da diversidade cultural. A contação de histórias, prática ancestral dessas culturas, apresenta-se como uma poderosa ferramenta pedagógica para suprir essa lacuna. Este artigo analisa a relevância da contação de histórias na Educação Básica, destacando a aplicação das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que incentivam o estudo da história e da cultura indígena e afro-brasileira. Avaliamos como essas leis têm promovido a valorização da herança cultural e como a contação de histórias pode integrar esses saberes no ambiente escolar. A pesquisa se apoia em contribuições de estudiosos da área, tais como Jader de Sá (2021), Maria Lucia de Lima (2019) e Ailton Krenak (2019), que enfatizam a importância dessa prática na manutenção da identidade cultural e na conscientização ambiental. Também apontamos os desafios na implementação dessas práticas e a sua importância para o currículo escolar, visando uma educação mais inclusiva e representativa. Concluímos que a contação de histórias pode contribuir para formar cidadãos respeitosos com a diversidade cultural brasileira e sua aplicação na Educação Básica é altamente recomendável.

Palavras-chave: Contação de Histórias; Culturas Indígena e Africana; Educação Brasileira.

Abstract: Brazilian society is deeply shaped by indigenous and African cultures, which influence national identity. However, the presence of those traditions is often marginalized in school curricula, resulting in a lack of appreciation for cultural diversity. Storytelling, an ancestral practice of those cultures, presents itself as a powerful pedagogical tool to fill this gap. This article analyzes the relevance of storytelling in Basic Education, highlighting the application of laws numbers 10.639/2003 and 11.645/2008, which encourage the study of indigenous and Afro-Brazilian history and culture. We evaluate how those laws have promoted the appreciation of cultural heritage and how storytelling can integrate this knowledge into the school environment. This research is supported by contributions from scholars in the field, such as Jader de Sá (2021), Maria Lucia de Lima (2019) and Ailton Krenak (2019), who emphasize the importance of this practice in maintaining cultural identity and environmental awareness. We also point out the challenges in implementing those practices and their importance for the school curriculum, aiming at a more inclusive and representative education. We conclude that storytelling can contribute to forming citizens who respect Brazilian cultural diversity and its application in Basic Education is highly recommended.

Keywords: Storytelling; Indigenous and African Cultures; Brazilian Education.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Compartilha Igual 4.0 Internacional

¹ Especialista em Ensino de Literatura, Artes e Língua Portuguesa pela Faculdade de Minas (FacuMinas). Professora do Município de Quixadá. *E-mail:* silva.fernandes@aluno.uece.br.

² Doutora em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora Associada da Universidade Estadual do Ceará (Uece). *E-mail:* maria.valdenia@uece.br.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A cultura brasileira é profundamente marcada pela interação e influência das culturas colonizadas – africana e indígena – com as culturas colonizadoras europeias, aquelas subalternizadas por estas, ao longo de mais de cinco séculos. Esse mosaico de tradições vem moldando diversos aspectos da sociedade nacional – desde a música e a culinária até as expressões religiosas e artísticas. Apesar dessa pluralidade em termos de riqueza cultural, a presença e o impacto das tradições subalternizadas são amiúde marginalizados nos currículos escolares, espelhando uma realidade que começou a mudar há pouco, mas ainda deixando uma lacuna significativa na representação e valorização da diversidade cultural dos estudantes que pertencem a esses coletivos. Esse cenário revela a necessidade urgente da elaboração e da prática de estratégias pedagógicas efetivas que integrem e valorizem essas heranças culturais de maneira mais expressiva.

A contação de histórias, enquanto prática ancestral, pode ser uma importante ferramenta para preencher esse hiato educacional. O método de transmissão oral não apenas preserva e promove a rica herança cultural indígena e africana, mas também oferece aos educandos um espaço para se reconhecerem e se empoderarem em suas próprias histórias. As contações de histórias, para os povos ancestrais indígenas e da África, assim como também para outros coletivos, como os ciganos e os quilombolas – ao contrário das narrativas frequentemente dominadas por perspectivas hegemônicas e euro centradas –, proporcionam uma visão mais inclusiva e representativa da identidade cultural brasileira, uma vez que, nelas, a transmissão de conhecimentos faz-se pela oralidade.

Este artigo explora a relevância da contação de histórias como estratégia pedagógica na Educação brasileira, com ênfase na aplicação das leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que obrigam a inclusão do estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares. A pesquisa aqui apresentada analisa como essas leis têm contribuído para a valorização da herança cultural indígena, especificamente, e como a contação de histórias pode servir como um meio concreto para rememorar e integrar esses saberes no contexto educacional.

Para entender as influências e contribuições da contação de histórias na Educação em nosso país, é essencial considerarmos as perspectivas de pesquisadores que têm se dedicado ao estudo dessa prática dentro das culturas indígenas. Entre esses estudiosos, destacam-se nomes como, por exemplo: Jader de Sá (2018), Maria Lucia de Lima (2012) e Ailton Krenak (2019). Jader de Sá, antropólogo conhecido por seu trabalho com as narrativas orais na Amazônia, destaca a contação de histórias como um meio vital de resistência cultural e manutenção da

identidade indígena. Maria Lucia de Lima, etnógrafa especializada nos Guaranis, enfoca a importância das narrativas na transmissão de normas e valores comunitários. Já Ailton Krenak – líder indígena, político, escritor, poeta, Imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL), ambientalista e pensador, originário da etnia Krenak – vê na contação de histórias uma ferramenta fundamental para conectar as novas gerações com suas raízes ancestrais e promover uma consciência ambiental integrada à visão de mundo indígena.

Este artigo pretende, portanto, não apenas explorar a influência das tradições orais indígenas na Educação em território nacional, mas igualmente contribuir para uma discussão mais ampla sobre a importância de se integrar essas práticas culturais no currículo escolar. Ao fazer isso, busca-se promover uma educação mais inclusiva e representativa, que valorize e celebre a diversidade cultural como um elemento central na formação dos estudantes no Brasil.

Propomos um caminho para promover uma educação que enfatize a singularidade cultural na pluralidade que nos caracteriza como brasileiros, qualidade essencial para formar cidadãos mais conscientes e respeitosos para com as múltiplas identidades que compõem nossa sociedade. Para alcançar esse objetivo, este trabalho está dividido internamente em duas partes que se complementam, após a seção seguinte, que trata da metodologia: o Marco Teórico, em que apresentamos o valor da oralidade para a Humanidade e, em nosso caso, para nossos povos originários e para os povos africanos; e ato seguido, os Resultados e Discussão, onde expomos como essa característica pode ser utilizada em sala de aula, promovendo um ambiente mais inclusivo entre os diferentes públicos que formam o nosso alunado na Educação Básica.

1 PERCURSO METODOLÓGICO

A partir do apreço pessoal que as autoras deste trabalho têm pela contação de histórias e por suas vivências enquanto professoras de Língua Portuguesa e Suas Literaturas, deu-se o interesse em estudar a importância e influência da contação de histórias no Ensino Brasileiro. Para isso, trabalhamos com levantamentos bibliográficos e científicos em bases de dados como o Google Acadêmico, o Scientific Electronic Library Online (SciELO) e o Catálogo de Teses de Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para a geração de busca de materiais acadêmicos nesses *sites*, utilizamo-nos destas palavras-chave: “Contação de Histórias Indígenas”, “Influências Indígenas na Educação Brasileira” e “Educação Infantil e a Contação de Histórias”, dentre outras.

A fim de tornar viável a investigação dos fatores históricos, conceituais e poéticos da influência indígena e sua didática de ensino, será utilizada, como material de apoio, a

contribuição de escritores e escritoras indígenas que representam academicamente estes conhecimentos vetustos que ultrapassam gerações. Serão incluídos na pesquisa, materiais científicos que abordam diretamente a contação de histórias indígenas e suas influências na Educação, publicados nos últimos 10 anos. Este é, portanto, um estudo de abordagem qualitativa, de natureza básica e de objetivo exploratório.

Como profissionais da Educação e na condição de mulheres brancas, reconhecemos o processo de branqueamento e segregação feito pela invasão dos portugueses ao Brasil, tendo como alvo os povos originários e deixando marcas doridas na configuração do país em todas as suas instâncias. Hoje, se podemos pesquisar sobre essa temática por meio de escritores e escritoras indígenas – que teorizam, com lugar de fala, sobre as narrativas, histórias e práticas de seus povos –, o devemos apenas a sua resistência e luta diárias que os seus ancestrais enfrentaram e que eles e elas continuam enfrentando.

Este estudo é relevante para preencher um espaço na literatura sobre a integração das práticas de contação de histórias indígenas na educação formal. Reforçamos, contudo, que o respeito à pluralidade cultural deve ser sempre um princípio norteador na Academia. Destarte, contamos que este trabalho venha a somar esforços junto a outros de mesmo teor, concebidos anterior ou concomitantemente ao nosso, mas sem a menor pretensão de esgotar o tema – ao revés: nosso propósito aqui é fomentar a pesquisa e o aprofundamento da questão.

Isso posto, passemos, na próxima seção, ao tema da oralidade, *leitmotiv* deste artigo.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 A construção da oralidade e sua importância para os povos indígenas e africanos

A oralidade encontra-se presente na vida do ser humano nas mais diversas situações de interações da sociedade: “[...] sob o ponto de vista mais central da realidade humana, seria possível definir o homem como um ser que fala e não como um ser que escreve”. (Marcuschi, 2003, p. 17). O autor enfatiza que a fala apresenta papel fundamental na construção humana. Entretanto, não devemos considerar a fala como superior à escrita, uma vez que tanto a escrita como a oralidade são práticas significativas para a perpetuação da língua, compartilhando semelhanças em seu funcionamento e afetando-se mutuamente.

Há que se considerar, contudo, que a oralidade é uma marca importante na transmissão de conhecimentos em sociedades letradas e não letradas. Nesse sentido, é importante frisar que várias regiões do mundo, em especial a África, ainda apresentam comunidades ágrafas e muitas

das línguas ali faladas – e que são ágrafas –, somente têm falantes/usuários delas ali, no continente africano, no coração do mundo, no berço da Humanidade.

É lá que imperam os *griots*, anciões que transmitem saberes antigos aos mais jovens por meio da palavra, utilizando-se da contação de histórias que reproduzem experiências que a escrita jamais faria jus ao brilho e ao significado completo. Essa atividade vetusta e diferenciada vai além da mera narração; eles atuam como guardiões da memória coletiva, desempenhando uma função crítica na manutenção da história, das tradições e da cultura de suas comunidades.

Consoante Lima (2012), em solo nacional, nossos povos tradicionais têm na palavra falada a base da transmissão de seus conhecimentos ancestrais – mitos, valores culturais e práticas espirituais individuais e coletivas – que se perpetuam geracionalmente, especialmente em rituais que conferem significado e contexto às histórias contadas, promovendo a coesão social e reforçando a identidade cultural. Essas narrativas envolvem elementos da cosmologia indígena e de sua relação com o meio ambiente, refletindo uma visão de mundo integrada e holística, infundindo sentido de pertencimento entre narradores e ouvintes (Martins, 2018).

A escola, no Brasil de hoje, respeita e repercute esses saberes, mas nem sempre foi assim; muito pelo contrário. Nos últimos anos, tem havido um esforço crescente para abordar questões de gênero, raça, etnia e deficiência no ambiente escolar, visando a formação de uma sociedade mais consciente das desigualdades e das necessidades de inclusão de todos os estudantes. No entanto, essa realidade não é homogênea e apresenta variações significativas dependendo da região onde a escola está inserida, de sua gestão e dos recursos nela disponíveis.

Infelizmente, em muitas de nossas escolas, ainda há a persistência em práticas pedagógicas tradicionais que não consideram a pluralidade cultural e social do alunato. Isso porque, historicamente, a Educação brasileira teve períodos marcados pela exclusão e pela homogeneização, desconsiderando as identidades, experiências e representações dos aprendentes. Normalmente, o currículo escolar marginaliza as vozes indígenas e afrodescendentes, relegando suas tradições orais a um segundo plano em favor de uma educação hegemônica, centrada na escrita e na lógica eurocêntrica. O mesmo acontece com os povos ciganos, a título de ilustração. Embora haja alguns avanços hoje nessa seara, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que se garanta que todas as vozes sejam respeitadas e valorizadas no ambiente educacional de forma igualitária.

Contudo, iniciativas que valorizam a oralidade, como oficinas de contação de histórias e práticas de escuta ativa, têm surgido como formas de integrar essas ricas tradições culturais às salas de aula, promovendo uma educação inclusiva e respeitosa. É o que veremos a seguir.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A influência das culturas indígena e africana na Educação brasileira por meio da contação de histórias

Como menciona Gancho (2007) e tal como supra citamos, a contação de histórias é um hábito que acompanha a Humanidade desde o início dos tempos. Nossos mais remotos ancestrais já narravam os acontecimentos do seu cotidiano. Podemos vê-los nos registros dessas narrativas em escrita inicial, na arte rupestre que ainda se conserva em várias partes do mundo, como aqui perto de nós, nos distritos de Bilheira e Taperuaba, no município cearense de Sobral.

Para compreendermos a importância da contação de histórias na Educação, afunilando o nosso olhar para o Brasil, é essencial considerarmos o contexto histórico da Educação brasileira que, sistematicamente, marginalizou as culturas indígena e africana até o final dos anos 1980, quando foi promulgada a Constituição Cidadã, em 1988, que, de maneira inédita, passou a dar visibilidade aos nossos povos originários – escopo deste artigo.

Segundo o Ministério da Educação (MEC), a partir do *Guia de Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais* (2006), dados mostram que a representatividade das culturas étnicas nos currículos escolares ainda é bastante limitada, refletindo uma necessidade urgente de inclusão. Iniciativas como projetos de contação de histórias em escolas têm demonstrado um impacto positivo, promovendo não apenas a valorização das narrativas indígenas e afro-brasileiras, mas também o desenvolvimento da empatia e do respeito entre os alunos com relação a essas culturas. Os estudos mostram, sobremaneira, que métodos pedagógicos baseados em tradições orais indígenas podem enriquecer a experiência educacional ao promover uma conexão mais profunda com a cultura local; a valorização intercultural contribui significativamente para a formação de uma cidadania mais consciente e respeitosa (Costa, 2020; Santos, 2021).

No entanto, nossos educadores enfrentam desafios diversos para pôr em prática o que reza a Lei porque, geralmente, a Universidade não prepara suficientemente o profissional do Magistério para exercer essa prática em sala de aula. Essa falta de preparação adequada somada à resistência institucional e ao preconceito advindo de todos os lados (gestores, docentes e discentes) corrobora a pouca presença das tradições orais tradicionais no contexto escolar. Nesse sentido, é imprescindível discutir estratégias para superar esses obstáculos.

Aqui é importante fazermos um adendo para expor a relevância do ensino dessas práticas culturais em sala de aula na Educação Básica. Para isso, é mister igualmente fazer uma

distinção entre “Educação Indígena” e “Educação Escolar Indígena”. Esta última abarca o que preconiza a educação formal no Brasil, mas preservando modos de vida e entendimentos do mundo. Já a “Educação Indígena” refere-se aos conhecimentos indígenas genuínos, legítimos, adquiridos no cotidiano, na vida comunitária e nos rituais sagrados. Trata-se de uma educação integral que fortalece a identidade e a representatividade dos povos tradicionais.

No Brasil, a Educação tem buscado incorporar práticas culturais diversas como forma de promover uma experiência mais inclusiva e contextualizada (Garcia, 2015). Essa intenção surgiu há bastante tempo, mas ainda não foi integralmente posta em prática. Com a redemocratização do país após 21 anos de uma sangrenta ditadura, a nova Carta Magna brasileira, a Constituição Cidadã, promulgada em 1988, trouxe muitos avanços, muitos temas que ainda não haviam sido abordados por outras – como é o caso da Educação Indígena.

Um ano depois, em 1989, houve a Convenção nº 169, em Genebra, na Suíça, promovida pela Organização Internacional do Trabalho, que instrumentalizou normativamente a construção de políticas indigenistas em termos de saúde, educação e direitos fundiários dos povos originários ao redor do mundo. Todavia, foi apenas em 2002 que essas e outras políticas voltadas para os nossos ancestrais começaram a ser implementadas de fato em nosso país. Pouco antes disso, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) enfatizava a importância da diversidade cultural no currículo escolar, refletindo a necessidade de se integrar práticas como a contação de histórias nas salas de aula (Brasil, 1996). Outros documentos, com discussões teórico-metodológicas, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), trouxeram novos conceitos e objetivos para o ensino da oralidade, corroborando para a instrução desta a partir das práticas sociais, não mais marcadas pelas diferenças e semelhanças entre fala e escrita.

De acordo com a BNCC (*ibidem*), as atividades humanas realizam-se nas práticas sociais, mediadas por diferentes linguagens: verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e, contemporaneamente, digital. Por meio dessas práticas, as pessoas interagem consigo mesmas e com os outros, constituindo-se como sujeitos sociais. Nessas interações, estão imbricados conhecimentos, atitudes e valores culturais, morais e éticos.

Esse documento define as aprendizagens necessárias para o ensino com os textos orais. Nesse sentido, a escola tem um papel fundamental no desenvolvimento das habilidades e competências da oralidade com os discentes nas diversas etapas de ensino, tendo em vista ser um espaço no qual as aprendizagens se processam. A competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e

socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Na área das Linguagens, tanto para os Anos Iniciais quanto para os Anos Finais do Ensino Fundamental, o objetivo é “[...] possibilitar aos estudantes participar de práticas de linguagem diversificadas” (Brasil, 2018, p. 61), para que os aprendentes tenham conhecimentos das diferentes possibilidades de interação a partir de diferentes linguagens. O documento aborda, em suma, a linguagem a partir das relações humanas que se concretizam por meio das práticas sociais mediadas pelas multiplicidades destas.

Sendo assim, a narração de histórias, antes de tudo, é um instrumento pedagógico significativo no incentivo à leitura, ao desenvolvimento da linguagem e à liberdade para a escrita na Educação Básica. Ela inicia e estimula o senso crítico e, especialmente, faz a criança sonhar. Destarte, os contadores de histórias são os mediadores desse procedimento, gerando uma atividade poderosa que abraça a criança na história, oferecendo vida aos sonhos e o despertar das emoções, levando nossos pequenos para o mundo da fantasia (Cardoso; Faria 2016). Para que isso aconteça, o foco principal consiste em proporcionar aos discentes, práticas de linguagem diversas, ao considerar que as linguagens possuem seu *status* próprio, respeitando as particularidades de cada uma. Na contemporaneidade as práticas de linguagem envolvem novos gêneros, textos multissemióticos e digitais, novas formas de produção, configuração, disponibilização e interação.

Como a oralidade e a contação de narrativas são inerentes à Pedagogia Indígena e Africana, a escola pode e deve acolher essa característica e trazer para a sala de aula a experiência de nossos ancestrais – o que proporciona uma oportunidade para se aprender e apreender acerca da diversidade cultural que surgiu com a miscigenação (Souza, 2017). É impreverível descolonizar o ensino em todos os níveis, da Educação Infantil à Universidade.

A influência da contação de histórias na Educação, no que concerne ao Brasil, pode ser enriquecida ainda mais se considerarmos as perspectivas de autores indígenas e estudiosos que investigam a intersecção entre oralidade, escrita e práticas educacionais. Jader de Sá (2021), em seu estudo sobre a Pedagogia Indígena, destaca e reforça que a oralidade, nas tradições desses povos, não apenas preserva saberes ancestrais, mas também serve como um meio para a reinvenção contínua desses saberes no contexto educacional contemporâneo. O autor argumenta que a prática de contar histórias é uma forma de resistência cultural e de afirmação identitária, especialmente em um cenário educacional que amiudadas vezes tende a marginalizar as perspectivas indígenas por considerá-las menos importantes do que as eurocentradas, que hegemonizadamente colonizam, até hoje, a escolarização no Brasil. Ele

defende que a integração dessas práticas na educação formal pode promover um diálogo mais rico entre diferentes formas de conhecimento e experiências culturais, contribuindo para uma educação mais plural e respeitosa (Sá, 2021).

Maria Lucia de Lima (2019), por sua vez, oferece um prisma crítico sobre a escrita como meio de preservação e transformação das tradições orais indígenas. Ela argumenta que, embora a escrita tenha sido historicamente utilizada para registrar e formalizar saberes indígenas, também pode criar uma distância entre a vivência imediata da oralidade e a sua representação textual. Em seus estudos, a pesquisadora defende a importância de se manter o dinamismo das narrativas orais na Educação e critica abordagens que tentam adaptar essas tradições de maneira rígida para os formatos escritos. Para ela, o verdadeiro desafio é encontrar formas de se integrar a riqueza das histórias orais no currículo escolar sem descontextualizar ou empobrecer a experiência cultural original.

Com lugar de fala legítimo, a partir de uma visão filosófica profunda como um líder indígena atuante politicamente, Ailton Krenak (2019), autor de *Ideias para adiar o fim do mundo*, contribui para a divulgação das histórias e narrativas de seu povo, fortalecendo a construção do ideário do mundo indígena. Ele ressalta que as histórias não são apenas relatos do passado, mas sim meios para se compreender e viver o presente e o futuro de maneira ética e sustentável. Sugere, igualmente, que a contação de histórias deve ser vista como um exercício de (re)conexão com a natureza e com o coletivo, oferecendo lições sobre a coexistência harmoniosa com o meio ambiente. Essa perspectiva é fundamental para a Educação brasileira, pois propõe um modelo de ensino que não apenas reconhece a sabedoria indígena, mas também a utiliza para promover práticas de ensino que fomentam a responsabilidade ambiental e a convivência harmônica (Krenak, 2019).

Outros autores indígenas, como Davi Kopenawa (2015), também têm enfatizado a importância da oralidade e da contação de histórias como práticas que sustentam a identidade étnica e a resistência cultural. Kopenawa, em suas obras, discute como a narrativa oral é uma forma de resistência contra as pressões da globalização e da homogeneização cultural, oferecendo uma alternativa viável para a preservação da diversidade e a formação de uma educação que valoriza a pluralidade. Essas perspectivas oferecem um valioso contraponto às abordagens tradicionais de ensino e destacam a importância de se criar um ambiente educacional que valorize e respeite a sabedoria indígena como parte essencial do conhecimento coletivo.

Em adição, Sisto (2021) comenta que há muito tempo a narração de histórias existe no mundo das escolas. Não importa o lugar onde são narradas; o que é indispensável para essa

prática é a magia, o encanto que cada conto traz. É fabuloso saber o quanto a leitura pode ajudar na missão dos educadores e no aprendizado das crianças. Contar histórias hoje denota salvar o mundo imaginário de hoje e de amanhã, mas com base no passado e no presente, em uma interligação que se retroalimenta constantemente.

Superar os percalços que ainda há para a implantação efetiva das mudanças necessárias para se assegurar que a contação de histórias se torne uma prática pedagógica como tantas outras na sala de aula exige um compromisso com a preparação adequada de professores, com a criação de materiais didáticos que respeitem e integrem as práticas culturais entre si e com a construção de parcerias entre comunidades indígenas e instituições educacionais. Além disso, é essencial reconhecer e apoiar projetos e iniciativas locais que exemplifiquem a aplicação bem-sucedida dessas atuações, proporcionando modelos para a expansão e aprimoramento dessas abordagens em todo o país (Souza, 2017).

3.2 A contação de histórias na escola, a partir da Educação Indígena e Africana

A integração das culturas indígena e africana na Educação, para nós, representa um caminho fundamental rumo à construção de um sistema educacional mais inclusivo e representativo, reiteramos. A metodologia da contação de histórias, como um veículo poderoso para propagação dos saberes, pode desempenhar um papel crucial nesse processo. Essa abordagem é destacada por vários autores e estudiosos, incluindo os que apresentamos na seção anterior e outros igualmente basilares, como Daniel Munduruku, um renomado escritor indígena que enfatiza a importância das narrativas tradicionais no ensino e na preservação cultural dos povos originários – tal como expõe em seu trabalho *A Arte de Contar Histórias: Educação e Cultura Indígena* (2013). Para ele, as histórias indígenas carregam valores, conhecimentos e tradições que são repassados de geração em geração, promovendo a identidade cultural e o respeito pelo ambiente natural – à semelhança do que defende Ailton Krenak.

Somada à importância da cultura de nossos povos tradicionais nos currículos escolares, temos também a influência da cultura africana neles, que em igual medida, pode ser enriquecida na sala de aula por meio da contação de histórias. A tradição oral africana, como ressaltado por Kabengele Munanga (1999), professor e pesquisador de origem congolesa, é uma forma de se transmitir sabedoria e de se abordar questões fundamentais para o coletivo negro – tais como a importância da comunidade, a ética e a resistência –, proporcionando um panorama rico e diversificado da experiência humana, essencial para a formação de uma identidade nacional que é, ao mesmo tempo, múltipla e coesa.

A implementação da contação de histórias indígenas e africanas no currículo escolar pode ser uma estratégia efetiva para a valorização e a integração dessas culturas na Educação brasileira se as atividades forem bem aplicadas. Sendo assim, essa prática oferece uma abordagem diferenciada para o ensino, que é capaz de promover um aprendizado mais significativo e envolvente para os alunos, ao mesmo tempo que valoriza a diversidade cultural presente no país. A atividade permite, ademais, que os alunos se conectem com as culturas indígena e africana de maneira mais próxima, desmistificada e contextualizada – o que gera empatia e espelhamento. Isso possibilita aos alunos uma compreensão mais profunda e respeitosa das culturas indígena e africana, base do tripé que formam com a cultura do elemento colonizador europeu, tornando-os mais conscientes dessa nossa riqueza imaterial que é a miscigenação e tudo o que ela oferece de diversificação e aprendizados recíprocos.

Essa forma de se trabalhar, em sala de aula, a cultura pluralizada que nos caracteriza como brasileiros – um povo formado pelo amálgama de muitos outros³ – dialoga com a “Ecologia de Saberes” que Boaventura de Sousa Santos (2018) predica. Segundo essa teoria e esse teórico, não há saber melhor/pior nem maior/menor do que outro, assim como tampouco há diferença de importância entre o conhecimento empírico e o conhecimento formal – escolar e acadêmico. Todos conversam entre si, pois todos têm relevância para quem os apreende.

Do mesmo modo, a presença de histórias africanas nas salas de aula, assim como a presença de narrativas indígenas, pode ajudar a desmistificar e combater estereótipos, promovendo uma visão mais rica e autêntica das contribuições da África, de seus 54 países, para a cultura brasileira. Através da metodologia da contação de histórias, como explorado por Munanga (1999), é possível que os alunos se engajem com temas relacionados à resistência, à ancestralidade e à construção de identidade cultural – pois temos, no Brasil, o maior contingente de pessoas negras fora da África, condição esta que nos aproxima de nossos ancestrais que para cá rumaram em navios negreiros/tumbeiros infectos, em condições sub-humanas, e seguem conosco presentificados em suas descendências. A contação de histórias, nesse sentido, funciona, inclusive, como um resgate histórico mais do que urgente e necessário.

Voltando o nosso olhar para o nosso objeto de estudo neste artigo, cabe mencionar a Lei nº 10.639/03 e o seu impacto relevante na Educação, pois promove a valorização da diversidade cultural e a inclusão de discursos que foram historicamente marginalizados. Ao incentivar a abordagem de temas como a História e a Cultura Afro-Brasileiras, a lei também cria um

³ Nativos indígenas, escravizados africanos, exploradores europeus e, por último, imigrantes europeus, asiáticos e africanos – nos mais diversos ciclos pelos quais nossa economia passou nos últimos cinco séculos (Nota das Autoras).

ambiente mais receptivo e aberto à inclusão de outras culturas. A Lei nº 11.645/08 complementa a Lei nº 10.639/03 ao garantir que a diversidade cultural indígena também seja reconhecida e ensinada nas escolas, oferecendo aos alunos uma gama mais ampla de perspectivas e modos de contar histórias, desmistificando visões distorcidas pela hegemonia de quem as contava antes.

Ensinar e valorizar a cultura indígena e a cultura africana contribui para a preservação dessas tradições e conhecimentos, que são parte essencial do patrimônio imaterial e cultural do povo brasileiro (Sá, 2021). Esse exercício reforça a inclusão respeitosa das diferentes formas de conhecimento – umas alimentando as outras, como sugere Boaventura de Sousa Santos (2018), tese em muito baseada na visão freireana de Educação – popular, empírica e prática (Freire, 1987). Ademais, a contação de histórias, ao trazer a cosmologia e as visões de mundo indígena e africana para o espaço escolar, oferece aos alunos não apenas uma ótica alternativa da História, mas também um modelo de educação que valoriza a integração harmoniosa com o meio ambiente, como advogam Krenak (2019) e Mundukuru (2013).

No que tange à adaptação dessas tradições orais para a escrita, base de ensino da educação formal no Brasil, Lima (2019) adverte para o cuidado que se deve ter nesse processo, pois a oralidade supera as palavras escritas no que diz respeito à riqueza de significantes e de significados. Portanto, a integração da contação de histórias no currículo escolar deve ser feita de maneira sensível e contextualizada, respeitando a delicadeza das tradições orais, mas mostrando, em igual medida, a resistência desses povos historicamente subalternizados, conforme Kopenawa (2015). Cardoso e Faria (2016) destacam que essa prática proporciona um ambiente de aprendizado que estimula a leitura, a escrita e o desenvolvimento emocional, contribuindo para a formação de uma consciência crítica de nosso alunado desde a infância.

Em suma, a contação de histórias indígenas e africanas é uma prática pedagógica valiosa que pode preencher lacunas significativas na Educação brasileira. Integrar essas tradições culturais no currículo escolar enriquece a experiência educacional e estabelece uma valorização mais profunda da diversidade cultural, contribuindo para a formação de uma sociedade mais consciente. A contação de histórias, portanto, emerge como uma ferramenta poderosa para conectar os alunos com suas raízes culturais e para promover um modelo educacional que valoriza e celebra a riqueza da diversidade cultural brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa abordou a importância da contação de histórias dos povos originários e africanos na Educação em nosso país, evidenciando como essa prática ancestral

pode transformar o ambiente educacional ao integrar e valorizar a diversidade cultural. A análise revelou que essa atividade não só resgata e preserva saberes tradicionais, mas também oferece um meio poderoso para promover a inclusão e a valorização das culturas indígena e afro-brasileira, conforme estabelecido pelas leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Essas legislações têm desempenhado um papel crucial na revisão dos currículos escolares, buscando incorporar uma representação mais justa e abrangente da diversidade cultural do país.

A prática da contação de histórias indígenas, como demonstrado por estudiosos como Jader de Sá (2021) e Maria Lucia de Lima (2019), é um veículo fundamental para a preservação da identidade cultural e para a resistência contra a homogeneização cultural. Sá (2021) destaca que as narrativas orais são essenciais para a manutenção da identidade indígena e para a afirmação cultural em um cenário educacional que frequentemente marginaliza essas perspectivas. Lima (2012), por sua vez, critica a transposição das histórias orais para o formato escrito, alertando para o risco de perda da vivacidade e do contexto das tradições orais. Essa crítica ressalta a necessidade de uma integração sensível e contextualizada das histórias indígenas no currículo escolar, garantindo que a riqueza cultural seja preservada e respeitada.

A perspectiva de Ailton Krenak (2019) sobre a contação de histórias, como um meio de reconexão com a natureza e promoção da responsabilidade ambiental, oferece uma visão inovadora sobre como essas práticas podem enriquecer a Educação contemporânea. Ao trazer para o ambiente escolar a cosmologia e a visão de mundo indígenas, a contação de histórias contribui para uma formação mais holística dos alunos, promovendo uma consciência ambiental que é especialmente relevante em face dos desafios ecológicos atuais.

Para mais, o estudo de Davi Kopenawa (2015) reforça a ideia de que as histórias orais desempenham um papel vital na resistência cultural e na preservação da diversidade em um mundo globalizado. O teórico destaca que a narrativa oral sustenta a identidade cultural e oferece uma alternativa viável para uma educação que celebra e valoriza a pluralidade cultural. Esse ponto é corroborado por outros pesquisadores que observam como práticas pedagógicas baseadas em tradições orais podem enriquecer a experiência educacional e fomentar uma cidadania mais consciente, empática e respeitosa.

Inferimos, portanto, que a contação de histórias é uma ferramenta pedagógica valiosa que pode preencher lacunas consideráveis no sistema educacional brasileiro. Ao integrar essas práticas culturais, é possível promover uma educação que celebra a diversidade e enriquece o aprendizado dos alunos, estimulando o desenvolvimento da linguagem, da imaginação e do senso crítico desde a infância. Essa prática contribui para uma compreensão mais profunda das

culturas que sempre foram marginalizadas em nosso país e as traz para o protagonismo na História por meio de suas histórias.

O presente estudo que ora finda, mas que nem de longe esgota o tema – pelo contrário, incita e incentiva que novas pesquisas sejam efetivadas sobre esse objeto de investigação –, reforça a necessidade de uma abordagem pedagógica que respeite e integre essas tradições ancestrais nas salas de aula, promovendo uma formação educacional mais rica e significativa para todos os estudantes brasileiros – especialmente os que estão a cursar a Educação Básica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular, 2018. Disponível em:
https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempintegral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 4 out. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 set. 2024.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002. Aprova a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, sobre povos indígenas e tribais em países independentes. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-143-20-junho-2002-458771-convencaon169-pl.pdf>. Acesso em: 21 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 21 set. 2024.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais, 1997. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso: 4 out. 2024.

COSTA, A. K. T. da; BARZOTTO, L. A. Rememorar para preservar: contação de histórias como instrumento da educação patrimonial. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 8, n. 22, p. 196-207, 2018. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/9054>. Acesso em: 2 set. 2024.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1987.

GARCIA, T. Educação e Diversidade Cultural: Avanços e Desafios. Campo Grande: Editora Educacional, 2015.

KOPENAWA, D. A Queda do Céu: Palavras de um Xamã Yanomami. Brunce, França: Editora Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. Ideias para Adiar o Fim do Mundo. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

LIMA, A. Saberes Indígenas e Ensino Escolar: A Narrativa Oral e a Transmissão Cultural.
Salvador: Editora Acadêmica, 2012.

MARCUSCHI, L. A. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINS, J. C. Cosmologia e ensino nas culturas indígenas. Belo Horizonte: Editora DEF, 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. Orientações e ações para educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECAD, 2006.

MUNANGA, K. A Educação e a Cultura Africana no Brasil: Desafios e Perspectivas. São Paulo: Editora Cortez, 1999.

SÁ, J. de. Pedagogia Indígena: A Oralidade e a Educação Contemporânea. Editora Cultural, 2021.

SANTOS, B. de S. Construindo as Epistemologias do Sul. Antologia Essencial, v. 1. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SANTOS, L. Diversidade Cultural e Práticas Pedagógicas no Brasil: Desafios e Perspectivas. Revista Brasileira de Educação, v. 26, n. 1, p. 89-104, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/i/2022.v27/>. Acesso em: 27 set. 2024.

SOUZA, A. S. Práticas pedagógicas e diversidade cultural. São Paulo: Editora GHI, 2017.

SOUZA, F. A Presença Indígena na Educação Brasileira: Desafios e Oportunidades. Editora Acadêmica, 2017.